

## Rio



LONGE DO RIO

Zinho é levado para presídio federal

Militante foi transferido de Gerició para penitenciária no Mato Grosso do Sul



FOTO: MONTAGEM DE JORNAL



Tecnologia. Funcionário da central de monitoramento da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) instala tornozeleira num preso: 130 atendimentos por dia e palestras para explicar as regras

# TODO O PESO DA JUSTIÇA A SEUS PÉS

## Rio tem 8 mil presos com tornozeleiras eletrônicas; a cada dia, duas são rompidas

VERA ARAÚJO

vera@globo.com.br

Condenado por um assalto a ônibus e um homicídio, o bandido que levou pânico à Rodoviária do Rio na semana passada deveria estar usando tornozeleira eletrônica, para que seus passos estivessem sendo controlados. No entanto, desde outubro de 2022, o equipamento estava desligado, e Paulo Sérgio de Lima, livre até para cometer outros crimes, como o assalto aos passageiros de uma van no último domingo na Zona Sul. O caso dele pode não ser isolado, já que 740 presos romperam o dispositivo no ano passado. Foram dois casos por dia. Houve ainda 1.175 registros de bateria descarregada, mau funcionamento e descumprimento do perímetro estabelecido pela Justiça. Se somadas todas as ocorrências, são cinco infrações por dia.

A tecnologia foi adotada para reduzir a superlotação carcerária, ajudar na ressocialização dos presos e cortar gastos com o sistema prisional. Atualmente, a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (Seap) controla com tornozeleiras 8.220 detentos. Se não houvesse essa opção, eles poderiam estar juntos aos mais de 43 mil presos que lotam as cadeias do Rio. Cada equipamento custa ao governo do estado R\$ 231,30 por mês. Só com tor-

nozeleiras, foi gasto R\$ 22,9 milhões, em 2023.

Com tantos equipamentos instalados, não é difícil esbarrar com uma pessoa usando tornozeleira nas ruas do Rio. Até mesmo o bicheiro Rogério de Andrade, que responde por organização criminosa, cínica com a dele numa academia na Barra da Tijuca, na Zona Oeste, sem se importar. Outro contraventor, Alilton Guimarães Jorge, o Capitão Guimarães, que está em prisão domiciliar, também é monitorado pelo equipamento, assim como o ex-tenente-coronel Cláudio Luiz de Oliveira, condenado pelo assassinato da juíza de São Gonçalo Patrícia Acioli, em 2011. Eles nunca descumpriam as regras do uso do dispositivo.

### MUDANÇA DE MARQUESE

Chamam a atenção das autoridades os casos de quem não tem endereço fixo e anda assim também segue à risca as normas. Segundo o coordenador da Central de Monitoramento da Seap, Nilton Machado, pessoas em situação de rua costumam procurar a sede da secretaria e o setor de fiscalização do dispositivo, na Central do Brasil, para avisar que mudaram de marquise ou mesmo para carregar a bateria do equipamento.

A Justiça delimita a área por onde cada preso pode circular. Ao romper esse perímetro, a central de monitoramento registra a infração.



Sinal dos tempos. O equipamento tem dois ou três chips de operadoras para manter a conexão

## 8.220

presos usam tornozeleiras no estado. Desse, a maioria (7.524) cumpre regime de prisão domiciliar. Há ainda 241 na Lei Maria da Penha

## 740

tornozeleiras rompidas. O número foi registrado no ano passado, o que dá, em média, dois casos por dia

## 108

mortos tinham o monitoramento eletrônico. Total de vezes que técnicos foram ao IML para retirar o equipamento de cadáveres em 2023

Mas, para alguns presos, burlar o sistema vale a pena para ver o seu ídolo. Só no show do DJ Alak, na Praia de Copacabana, em agosto do ano passado, foram 25 violações. Já durante as apresentações de Taylor Swift, no Estádio Nilton Santos, no Engenho de Dentro, em novembro, houve sete casos. Todos receberam alerta da Seap, e a Justiça foi informada. Nesses casos, a defesa do acusado é chamada a se explicar. O juiz do caso analisa a resposta, pede a manifestação do Ministério Público e, por fim, pode até decidir pelo retorno do preso à cadeia.

A maioria dos presos com tornozeleiras (7.524) cumpre o regime de prisão albergue domiciliar. Desse, 447 são mulheres. A resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de agosto de 2021, que regulamenta o uso do dispositivo, também estende a medida a presos que estão no re-

gime semiaberto, mas o Rio não costuma adotar o monitoramento neste caso. O recurso também tem sido usado em caso de medidas protetivas dentro da Lei Maria da Penha. Havia na sexta-feira 144 homens usando o equipamento, para monitorar se o acusado se aproximava da vítima, além de 97 mulheres usando o botão de pânico, caso o infrator esteja por perto. O promotor de Justiça Murilo Bustamante, responsável pelo sistema penitenciário, explicou que o preso em regime semiaberto no Rio cumpre pena na prisão. Ele só pode sair com o equipamento de monitoramento para visitar a família e trabalhar. Já sobre a violação do dispositivo pelo sequestro do ônibus, o promotor ressaltou que a tornozeleira cumpriu sua função: — Foi detectada a violação e esta foi comunicada ao Po-

der Judiciário. O ponto de atenção se dá na atividade judicial, que deve avaliar e impor as consequências legais. Levantamento do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio), de 2023, indica que 92% desses apenados se encontram no regime aberto. Podemos discutir se todos os casos demandam monitoramento eletrônico, se a duração do monitoramento é adequada e se seus objetivos são cumpridos. Mas o monitoramento, por si, é eficiente e confiável.

Juiz auxiliar da 2ª vice-presidência do Tribunal de Justiça do Rio (TJR), André Ricardo de Francisca Ramos, responsável pela área penal, ressaltou que não há levantamento na Vara de Execuções Penais (VEP) sobre os casos de reincidência de presos que estejam usando tornozeleira.

— Eu posso dar uma prisão domiciliar com uso de tornozeleira na questão de um furto para uma mulher ou de um tráfico para uma mulher que tenha filho menor de 12 anos. Posso dar até para um caso de homicídio. O juiz verifica se a prisão é necessária, ou não, ou se ela pode ser substituída por medidas cautelares, como a tornozeleira.

### ACULPA FOI DO VENTILADOR

A Central de Monitoramento da Seap faz, em média, 130 atendimentos por dia. Além de cuidar da instalação das tornozeleiras, os policiais penais dão palestras para explicar que, se algo der errado com o dispositivo, a pessoa tem que comparecer em até 48 horas na central. Caso contrário, o juiz será avisado da suposta violação. Os problemas mais comuns são a oscilação do sinal de internet (cada equipamento tem dois ou três chips de operadoras), bateria descarregada ou o rompimento da cinta — voluntário ou involuntário.

Segundo Nilton Machado, a orientação é evitar ir à praia porque a areia corrói a fibra ótica do aparelho, que, no entanto, é à prova d'água. — A maioria tenta cumprir as regras certinhas. Sempre alertamos sobre a violação de área de inclusão, quando a pessoa sai do perímetro determinado pela Justiça. Há apenados que têm que ficar só em casa e outros que precisam usá-la para provar que estão trabalhando. Monitoramos todas em tempo real — explica o coordenador, lembrando que, se houver perda do sinal por mais de 30 dias, após o magistrado ser notificado, o equipamento é desativado.

Na última segunda-feira, um preso procurou o serviço alegando que a tornozeleira havia apagado. Uma perícia comprovou violação, e o caso foi comunicado ao juiz. Ele explicou que é pedreiro e que a terra pode ter causado a pane. As justificativas são muitas. Uma delas foi um inusitado acidente com o ventilador de teto que caiu, e a hélice cortou a cinta do equipamento.

Em alguns casos de falta de sinal, o usuário está morto. A equipe da Seap recolheu 108 tornozeleiras de cadáveres. Os funcionários também precisam ir a hospitais quando o preso passa por procedimentos médicos. Foi o caso do bicheiro José Caruzo Escafura, de Firminópolis, de 94 anos, submetido a uma cirurgia.